A questão da polissemia

Segundo Bréal (1913), o termo polissemia refere-se ao potencial que as palavras possuem de acumular vários significados. Para Aristóteles, a polissemia é um defeito da linguagem, pois representa um obstáculo à clareza da comunicação. Ao analisar este possível problema decorrente da polissemia de um termo lingüístico, Bréal argumenta que uma palavra não ocorre isoladamente, uma vez que é utilizada dentro de um contexto, que por sua vez, proporciona as informações necessárias para o entendimento do sentido adotado.

Ullmann (1964) considera algumas questões fundamentais que contribuem para o surgimento da polissemia, dentre as quais aponta as mudanças de aplicação, a especialização num meio social e a linguagem figurada como as mais freqüentes na linguagem. As mudanças de aplicação estão relacionadas ao fato de as palavras apresentarem diferentes características que são expressas de acordo com o contexto em que estão inseridas.

A especialização de um termo no meio social também é fonte de produção de polissemia. Conforme Bréal chama atenção, é comum que um determinado grupo social utilize uma palavra com um sentido específico. A palavra *operação*, por exemplo, apresenta uma especialização peculiar quando empregado por um matemático, um médico ou um bancário.

Já na linguagem figurada, uma palavra pode apresentar um ou mais sentidos figurados que se relacionam com o seu significado original. A mudança de aplicação, que possibilita a clareza das acepções da palavra polissêmica, e o uso figurado contribuem, de forma significativa, para o surgimento de novos sentidos.

Assim, tanto Ullmann quanto Bréal não concordam com a idéia de que a polissemia constitui um defeito da linguagem, conforme Aristóteles descreve. Segundo os dois autores, os vários sentidos que um item lexical pode adotar constituem uma propriedade essencial para o funcionamento eficiente da língua.

Dessa forma, o fenômeno da polissemia proporciona a flexibilidade necessária para as línguas expressarem, de maneira eficiente e econômica, os aspectos da realidade.

4.1

A noção de polissemia sistemática

A polissemia sistemática prevê que um determinado elemento lexical seja utilizado em diferentes funções interligadas. Estas possibilidades de interpretações são previsíveis, visto que

(...) correspondem a diferentes maneiras de interpretar a forma nominalizada, que é, portanto, sistematicamente polissêmica, na medida em que cada possibilidade de utilização corresponde a uma diferente interpretação, sendo todas elas pré-determinadas como estratégias lexicais a serviço da representação conceitual e construção de enunciados. (BASÍLIO, 2004; p. 56).

Dessa forma, a polissemia sistemática representa um sistema eficiente que disponibiliza a mesma forma lingüística para vários usos em diferentes contextos e, conseqüentemente, diferentes alternativas de interpretação semântica. Assim, evita a sobrecarga da memória e permite a comunicação automática, além de contribuir para a expansão do léxico.

De acordo com Basílio (1980), as formas nominalizadas deverbais podem apresentar tanto uma interpretação verbal, quanto uma interpretação nominal. A forma nominalizada deverbal com interpretação verbal estabelece relações entre os elementos da estrutura através do significado da base verbal. Por outro lado, a forma nominalizada com interpretação nominal designa algo, referindo-se aos elementos do universo.

Neste trabalho, relacionamos estas duas interpretações (verbal e nominal) com as funções que as formas nominalizadas podem exercer numa estrutura: a função predicadora e a função designadora¹. De acordo com Basilio (2004),

Nomes de ação deverbais apresentam sobretudo função gramatical, isto é, são formados com o objetivo de utilização da noção verbal em contextos sintáticos que exigem um substantivo. Nesta função, virtualmente todos os verbos apresentam um substantivo deverbal correspondente. Mas substantivos deverbais também podem ter motivação denotativa, ou seja, também podem ser formados com o objetivo de denotar seres, processos, eventos, situações, etc. a partir da noção verbal. (p.54)

A forma nominalizada em função de predicador funciona como elemento relacionador ou atributivo, sendo núcleo semântico de uma predicação. Já a forma nominalizada em função de designadora funciona como um substantivo, ocupando na estrutura um lugar semântico referencial (Meyer, 1991). Observe-se, por exemplo, a forma nominalizada *comunicação* em três contextos diferentes:

(26) A **comunicação** de demissão do diretor foi por telefone.

(27) A empresa ganhou poder junto aos meios de **comunicação**.

(28) Leonardo chegou atrasado para a **comunicação**.

Em (26), o nominal *comunicação* é interpretado semanticamente como "ATO DE *comunicar*", apresentando características de predicador, uma vez que seleciona e expressa o argumento: *demissão* -o que é comunicado. Portanto, temos um exemplo de interpretação verbal de uma nominalização em função predicadora.

Já em (27), o mesmo nominal não apresenta características de predicação, mas sim de designação. Neste contexto, *comunicação* utiliza o conteúdo semântico do verbo *comunicar* dentro da expressão *meios de comunicação* para fazer referência à mídia em geral, figurando uma especificação semântica do nominal, que apresenta uma interpretação apenas parcialmente previsível a partir da semântica do verbo cognato. Assim, temos em (27), um caso de função designadora.

¹ Função predicadora e função designadora são identificadas em Basilio (2004) como função gramatical e função denotativa. Já Meyer (1991) identifica tais funções como função de predicador e função de argumento.

Em (28), *comunicação* também desempenha função designadora, sendo que, neste caso, está designando um evento, pois está pressuposto no contexto que a *comunicação* tem hora marcada, além de ser necessária a presença de outras pessoas para a realização do seu acontecimento.

Nos exemplos (26), (27) e (28), observamos o mesmo nominal desempenhando funções e interpretações diferentes e ao mesmo tempo interligadas. Dessa forma, temos um caso de polissemia sistemática concreta, pois, de acordo com Basilio (2004),

(...) ao lado da total impossibilidade de previsão de conteúdos específicos na utilização de formas nominalizadas, temos também uma total previsibilidade das possibilidades de interpretação e direcionamento de escolhas, já que as mesmas correspondem a possibilidades demarcadas pelos processos de formação de palavras e sua interconexão com padrões de formação de enunciados na constituição do léxico e da estrutura linguística e textual. (p.57)

Em nossa análise, estas possibilidades de *interpretação e direcionamento de escolhas* projetadas pelos mecanismos lexicais são investigadas através de uma pesquisa empírica, a fim de extrair evidências lingüísticas acerca da frequência de uso das funções predicadora e designadora a partir de atos concretos de comunicação, ou seja, textos reais. A metodologia de pesquisa utilizada nesta análise será descrita no próximo capítulo.